

 **MUNICÍPIO DE INDIANÓPOLIS**
Rua Coronel Cândido de Faria, 133 - Centro - CEP 71.215-000
Fone/Fax 44-3674.1106 - 3674.7406 - CNPJ 75.798.355/0001-77
E-mail: contabilidade@indiapolis.pr.gov.br
INDIANÓPOLIS - ESTADO DO PARANÁ

IV - Receber, apurar e solucionar eventuais queixas e reclamações, classificando ao Tórnador para os devidos regulamentos;

V - Constatar, quando irregularidades no cumprimento do objeto desta Portaria, o Concedente poderá ordenar a suspensão dos serviços, sem prejuízo das penalidades a que se sujeita ao Tórnador, e com que esta tenha direito a qualquer indenização no caso daquelas não serem regularizadas dentro do prazo estabelecido no termo da notificação;

VI - Aplicar as penalidades regulamentadas neste Termo de Fomento;

VII - Fiscalizar periodicamente os contratos de trabalho que assegurem os direitos trabalhistas, sociais e previdenciários dos Trabalhadores e prestadores de serviços do Tórnador;

VIII - Apear a prestação de contas parcial que deverá ser apresentada em até 30 dias após o fim de cada trimestre junto ao Sistema Integrado de Transferências - SIT, no site do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, após encaminhado ao Concedente para monitoramento e aprovação até o 15º dia do mês subsequente;

IX - Publicar, por meio da Secretaria de Administração e Planejamento, o extrato deste Termo de Fomento no Diário Oficial do Município de Indianópolis.

5.2. Compete ao Tórnador:

I - Utilizar os valores recebidos de acordo com o Plano de Trabalho aprovado pelo Concedente, observadas as disposições deste Termo de Fomento relativo à aplicação dos recursos;

II - Responder exclusivamente pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relativos ao funcionamento das atividades e ao adempimento das obrigações, não se caracterizando responsabilidade solidária ou subsidiária do Concedente pelos respectivos pagamentos, nem qualquer oneração do objeto da parceria ou restrição à sua execução;

III - Prestar conta dos recursos recebidos nos termos da Lei Federal nº 13.019/2014, do Decreto Municipal nº 039/2019 e do Manual de prestação de Contas, nos prazos estabelecidos neste Instrumento;

IV - Indicar ao município 1 (um) dirigente que se responsabilizará, de forma solidária, pela execução das atividades e cumprimento das metas previstas na parceria;

 **MUNICÍPIO DE INDIANÓPOLIS**
Praça Caravelas, 150 - Centro - CEP 81.410-000
Fone/Fax 44 3674 1108 - 3674 1540 - CNPJ 75.798.355/0001-77
E-mail: essencial@indianopolis.pr.gov.br
INDIANÓPOLIS - ESTADO DO PARANÁ

2. Ofício de encaminhamento da Prestação de Contas, assinado pelo seu presidente, contendo o valor, o objeto da despesa, a natureza dos recursos, o período de aplicação dos recursos, a Lei que autorizou o repasse e o número do Termo;

3. Cópia do plano de trabalho e aplicação dos recursos recebidos, com a identificação da **ASSOCIAÇÃO DOS ESTUDANTES UNIBES - CURSOS PROFISSIONALIZANTES DE INDIANÓPOLIS**, o objeto de despesa, data e assinatura;

4. Declaração firmada por dirigente da entidade beneficiada acerca do cumprimento dos objetivos previstos, quanto à aplicação dos recursos repassados;

5. Relatório de Execução Financeira Financeiro, assinado pelo seu representante legal e o contador responsável, contendo um resumo detalhado da movimentação financeira do período;

6. Quadro Demonstrativo das Receitas, Despesas e Relação dos Pagamentos, assinado pelo seu representante legal e o contador responsável, contendo a relação das despesas efetivamente realizadas e vinculadas com a execução do objeto;

7. Conciliação bancária, assinado pelo seu representante legal e o contador responsável;

8. Cópia do extrato bancário da conta específica, evidenciando toda a movimentação dos valores recebidos e pagos;

9. Cópia do extrato bancário de rendimentos da conta específica, quando houver;

10. Cópia das transferências eletrônicas ou ordens bancárias vinculadas ao pagamento das despesas devidamente comprovadas;

11. Cópia dos comprovantes da despesa, emitidos em nome da organização da sociedade civil beneficiada (nota fiscal e ou coupon fiscal) com os devidos termos de aceite;

12. Demonstrativo da movimentação financeira informada no Sistema Integrado de Transfêrencias - SIT, do Tribunal de Contas do Estado do Paraná - TCE PR;

13. Documentos que comprovem a realização das atividades previstas e o atingimento das metas propostas, tais como: Relatórios Mensais de Atendimento, com a identificação do nome dos usuários atendidos no período com o repasse, ou Relatórios Mensais de Atividades Realizadas;

4.    



MUNICÍPIO DE INDIANÓPOLIS

Praça Camamu, 150 – Centro – CEP 07.235-000
Fone/Fax 041 3674.3108 – 3674.1500 – CNPJ 07.790.355/0001-77
E-mail: assessoria@indianapolis.sp.gov.br
INDIANÓPOLIS – ESTADO DO PARANÁ

II – Análise das atividades realizadas, do cumprimento das metas e do impacto do benefício social objeto da execução do projeto até o período, com base nos indicadores estabelecidos no plano de trabalho;

III – valores efetivamente transferidos pelo Condecidente;

IV – Análise dos documentos comprobatórios das despesas apresentadas pelo Tomador na prestação de contas, quando não for comprovado o alcance das metas e resultados estabelecidos neste Termo de Fomento.

V – Análise de eventuais atualizações realizadas pelos controles interno e externo, no âmbito da fiscalização prevista, bem como de suas conclusões e das medidas que tornaram em decorrência das auditorias:

28.3. Na hipótese de o Relatório Técnico do Monitoramento e Avaliação evidenciar irregularidade ou inexecução parcial do objeto, o gestor da paridade notificará o tomador para, no prazo de trinta dias:

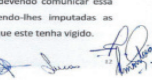
- I – sanar a irregularidade;**
- II – cumprir a obrigação; ou**
- III – apresentar justificativa para impossibilidade de saneamento da irregularidade ou cumprimento da obrigação.**

28.4. No exercício de suas atribuições o gestor e os integrantes do Comitê de Monitoramento e Avaliação Confirmarão no prazo de 15 dias, da qual será emitido relatório.

28.5. Compreenderá a fiscalização no confronto da fatura eletrônica, uma vez inscrita em risco a execução do plano de trabalho, o Condecidente tem a prerrogativa de assumir ou transferir a responsabilidade pela execução do objeto, de forma a evitar sua descontinuidade.

11. DA RESCISÃO

11.1. É facultado aos partes rescindir este Termo de Fomento, devendo comunicar essa intenção ao prazo máximo de 60 (sessenta) dias de antecedência, sendo tais imputadas as responsabilidades das obrigações e créditos aos beneficiários no período em que este tenha vigência.





MUNICÍPIO DE INDIANÓPOLIS
Praça Cararamuru, 150 – Centro – CEP 071 235 000
Fone/Fax 44 3074 1108 – 3074 1500 – CEP 075 790-255/2001-77
E-mail: indianopolis@cararamuru.org.br
INDIANÓPOLIS – ESTADO DO PARANÁ

MUNICIPIO DE
Praça Camarara, 150 – Centro – CEP 87 235 000
Fone/Fax: (047) 3274.1100 – 3674.7100 – 3274.7100
E-mail: prefeitura@municioparana.org.br
INDIANÓPOLIS - ESTADO DO PARANÁ



XI - Responsabilizar pelo espaço físico, equipamentos e mobiliários necessários ao desenvolvimento das ações objeto desta parceria.

XII - Disponibilizar documentos dos profissionais que compõe a equipe técnica, tais como: diplomas dos profissionais, registro junto aos respectivos conselhos e contrato de trabalho.

XIII - Apresentar informações e esclarecimentos sempre que solicitados e garantir o livre acesso a gestões públicas, em especial aos designados para a comissão de monitoramento e avaliação, ao gestor da parceria, do controle interno e do Tribunal de Contas do Estado do Paraná relativamente aos processos, aos documentos e às informações referentes a este Termo de Colaboração, bem como aos locais de execução do objeto.

XIV - Aplicar os recursos recebidos e eventuais saldos financeiros enquanto não utilizados, obrigatoriamente, em instituição financeira oficial indicada pelo Concedente, assim como as receitas decorrentes, que serão obrigatoriamente computadas a crédito deste Termo de Colaboração e aplicadas, exclusivamente, no objeto de sua finalidade, devendo constar de demonstrativo específico que indique as prestações de contas, e:

XIV a - Restituir ao Concedente os recursos recebidos quando a prestação de contas for avaliada como irregular, depois de exaurida a fase recursal, se mantida a decisão, caso em que o Tomador poderá solicitar autorização para que o ressarcimento ao erário seja provido por meio de ações compensatórias de interesse público, mediante a apresentação de novo plano de trabalho, conforme o objeto descrito no presente Termo de Colaboração e a área de atuação da organização, cuja manutenção econômica será feita a partir do plano de trabalho original, desde que não tenha havido dolo ou fraude e não seja o caso de restituição integral dos recursos.

XIV b - a responsabilidade exclusiva pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal.

3674

 **MUNICÍPIO DE INTERIÃOPOÓLIS**
Praça Camarões, 150 - Centro - CEP 97.235 000
Fone/Fax 41.3074.1100 – 3074.1500 – CNPJ 75.798.355/0001-77
E-mail: interiao@interiao.rs.gov.br
INTERIÃOPOÓLIS - ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

11. Cópia dos comprovantes da despesa, emitida em nome da Organização da sociedade civil beneficiária (esta fiscal e no cupom fiscal) com os devidos termos de aceite.

12. Demonstrativo da movimentação financeira realizada no Sistema Integrado de Transferências – SIT, do Tribunal de Contas do Estado do Paraná – TCE-PR.

13. Documentos que comprovem a realização das atividades previstas e o atingimento das metas propostas, tais como: Relatórios Mensais de Atendimento, com a identificação do nome dos usuários atendidos no período, ou o Relatório Mensais das Atividades Realizadas com o resumo, encaminhados pela Tomadora de Recursos ao Gestor da Parceria, com o fim de mensurar e comprovar a realização das metas previstas.

14. Lista das Pessoas Assinadas nos Projetos com Nome Completo, CPF, Endereço e Telefone.

15. Cópia das Certidões Negativas, sendo: Certidão Negativa de FGTS, de Débitos Trabalhistas, INSS, de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Alçada da União, Débitos Tributários Estaduais e Municipais, e o Relatório Liberatório do Tribunal de Contas do Estado do Paraná e Certidão Negativa Municipal.

16. Ata e Resolução do Conselho Municipal de Educação - CME, que aprova e homologa a Prestação de Contas do Tomador, assinado por todos os seus membros.

8.2 – Compete ao Concedente:

A prestação de contas dos recursos previstos neste Termo de Colaboração deverá seguir seus atos nos seguintes prazos:

a) Após o recebimento pela Secretaria de Educação e Cultura, o processo deverá ser encaminhado via protocolo à Comissão de Monitoramento e Avaliação, para a análise no prazo máximo de até 5 (cinco) dias, devendo emitir relatório e podendo solicitar diligências, que deverão durar, no máximo, 5 (5) dias, encaminhando posteriormente ao gestor.

b) Após o parecer da Comissão de Monitoramento e Avaliação, esta encaminhará a referência prestação de contas, com seu parecer técnico, à Unidade de

VERBA
Ass. da Unidade de
Ass. da Unidade de

ESCORPIÃO

PREVINA-SE!



SAIBA COMO
SE PROTEGER

ATENÇÃO E
CUIDADOS COM
O ESCORPIÃO



FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO			DESPESAS LIQUIDADAS		
			No trimestre	Até o	% (trimestral %)	No trimestre	Até o	% (trimestral %)	No trimestre	Até o	% (trimestral %)
URBANO	4.131.000,00	6.337.368,00	1.260.233,00	1.260.233,00	37,66	6.052.035,00	1.277.167,17	1.273.167,17	58,26	6.044.268,19	58,26
INFRA-ESTRUTURA URBANA	4.062.000,00	4.235.268,00	922.294,47	922.294,47	22,72	4.033.967,53	4.033.967,53	4.033.967,53	100,00	4.033.967,53	100,00
SERVIÇOS URBANOS	2.069.000,00	2.102.000,00	338.938,53	338.938,53	16,44	2.068.061,47	338.968,65	338.968,65	16,44	2.068.061,47	16,44
SANEAMENTO	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00
SANEAMENTO BÁSICO URBANO	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00
GESTÃO AMBIENTAL	214.000,00	214.000,00	33.147,08	33.147,08	15,44	181.752,92	33.147,08	33.147,08	15,44	181.752,92	15,44
PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL	214.000,00	214.000,00	33.147,08	33.147,08	15,44	181.752,92	33.147,08	33.147,08	15,44	181.752,92	15,44
AGRICULTURA	429.000,00	429.000,00	38.762,24	38.762,24	9,04	390.237,76	38.762,24	38.762,24	9,04	390.237,76	9,04
EXTENSÃO RURAL	429.000,00	429.000,00	38.762,24	38.762,24	9,04	390.237,76	38.762,24	38.762,24	9,04	390.237,76	9,04
INDÚSTRIA	100,00	100,00	0,00	0,00	0,00	100,00	0,00	0,00	0,00	100,00	0,00
PROMOÇÃO INDUSTRIAL	100,00	100,00	0,00	0,00	0,00	100,00	0,00	0,00	0,00	100,00	0,00
COMÉRCIO E SERVIÇOS	100.420,00	100.420,00	44.268,00	44.268,00	43,98	56.152,00	44.268,00	44.268,00	43,98	56.152,00	43,98
PROMOÇÃO COMÉRCIO	100.420,00	100.420,00	44.268,00	44.268,00	43,98	56.152,00	44.268,00	44.268,00	43,98	56.152,00	43,98
TOURISMO	9.000,00	9.000,00	0,00	0,00	0,00	9.000,00	0,00	0,00	0,00	9.000,00	0,00
TRANSPORTE	1.905.270,00	1.905.270,00	279.776,42	279.776,42	14,68	1.625.493,58	289.493,58	289.493,58	15,24	1.606.013,00	15,24
TRANSPORTE RODOVIÁRIO	1.905.270,00	1.905.270,00	279.776,42	279.776,42	14,68	1.625.493,58	289.493,58	289.493,58	15,24	1.606.013,00	15,24
DESPORTO E LAZER	274.750,00	274.750,00	86.643,82	86.643,82	31,54	198.106,18	36.101,18	36.101,18	13,13	205.008,82	13,13
PORTO COMUNITÁRIO	244.200,00	270.070,00	86.643,82	86.643,82	31,54	193.986,18	36.101,18	36.101,18	13,13	205.008,82	13,13
LAZER	30.550,00	30.550,00	0,00	0,00	0,00	30.550,00	0,00	0,00	0,00	30.550,00	0,00
ENCARGOS ESPECIAIS	1.735.220,00	1.735.220,00	246.644,38	246.644,38	14,21	1.488.575,62	246.644,38	246.644,38	14,21	1.503.897,00	14,21
OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	1.735.220,00	1.735.220,00	246.644,38	246.644,38	14,21	1.488.575,62	246.644,38	246.644,38	14,21	1.503.897,00	14,21
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	450.000,00	450.000,00	0,00	0,00	0,00	450.000,00	0,00	0,00	0,00	450.000,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	450.000,00	450.000,00	0,00	0,00	0,00	450.000,00	0,00	0,00	0,00	450.000,00	0,00
DESPESA (INTRA-ORÇAMENTARIA) (B)	5.307.424,00	5.414.776,00	684.014,12	684.014,12	11,11	4.730.424,00	684.014,12	684.014,12	12,00	4.730.424,00	12,00
TOTAL (B) = (A) + (B)	43.624.000,00	45.053.337,38	7.056.246,00	7.056.246,00	16,00	37.498.091,38	6.995.547,26	6.995.547,26	18,65	38.693.792,26	18,65



PREFEITURA MUNICIPAL DE JAPURÁ

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO DE 2023

Página: 1 / 3

RREO – ANEXO 12 (L.C. 14/2012, art. 35)

RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			Até o 28/02/2023	% (2023) x 100	
RECEITA DE IMPOSTOS (R)	4.950.000,00	4.950.000,00	799.152,60		16,14
Receita Resultante do Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU	1.600.000,00	1.600.000,00	230.949,47		12,39
IPTU	1.120.000,00	1.120.000,00	138.662,02		12,39
Múltiplos, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do IPTU	740.000,00	740.000,00	90.185,55		12,41
Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ITBI	610.000,00	610.000,00	229.966,65		37,70
ITBI	600.000,00	600.000,00	229.966,65		38,33
Múltiplos, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ITBI	10.000,00	10.000,00	0,00		0,00
Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS	1.222.000,00	1.222.000,00	180.657,39		15,85
ISS	1.200.000,00	1.200.000,00	178.135,41		14,84
Múltiplos, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ISS	22.000,00	22.000,00	15.521,98		70,52
Receita Resultante do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza-Retido na Fonte – IRPF	1.255.000,00	1.255.000,00	144.629,09		11,55
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (R)	31.420.000,00	31.420.000,00	5.896.266,97		18,78
Cota-Parte FPM	19.800.000,00	19.800.000,00	3.135.948,14		15,84
Cota-Parte ITR	300.000,00	300.000,00	4.671,25		1,62
Cota-Parte IPVA	2.000.000,00	2.000.000,00	1.363.689,10		68,18
Cota-Parte ICMS	9.200.000,00	9.200.000,00	1.439.285,42		15,64
Cota-Parte IP-Estagnação	120.000,00	120.000,00	15.533,00		12,92
Compensação Financeira Proveniente de Impostos e Transferências Constitucionais	0,00	0,00	0,00		0,00
Desoneração ICMS (L.C. 87/96)	0,00	0,00	0,00		0,00
Outras	0,00	0,00	0,00		0,00
TOTAL DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS – (R) = (R) + (R)	36.370.000,00	36.370.000,00	6.696.389,57		18,42

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS FUNDOS DE BAIXO RENDIMENTO (A)	DESPESAS COM SUBSIDIOS E CATEGORIA ECONÔMICA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS				
			Até o exercício de 2010	% (col. 3 / col. 2)	Até o exercício de 2010	% (col. 4 / col. 3)	Até o exercício de 2010	% (col. 5 / col. 4)	
		Até o exercício de 2010			Até o exercício de 2010		Até o exercício de 2010		
ATENÇÃO BÁSICA (iv)	4.438.550,0	4.438.550,0	605.623,94	13,63	578.800,10	13,04	376.796,68	8,49	
Despesas Correntes	4.432.550,0	4.432.550,0	605.623,94	13,68	578.800,10	13,04	376.796,68	8,48	
Despesas de Capital	17.000,00	17.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (v)	1.547.200,0	1.547.200,0	202.107,49	13,06	202.107,49	13,06	16.762,75	1,08	
Despesas Correntes	1.543.200,0	1.543.200,0	202.107,49	13,10	202.107,49	13,10	16.762,75	1,08	
Despesas de Capital	4.000,00	4.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
SUORTE PROFISSIONAL E TERAPÊUTICO (vi)	110.028,00	110.028,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Despesas Correntes	110.028,00	110.028,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (vii)	289.729,00	289.729,00	38.255,93	13,20	38.255,93	13,20	30.942,36	10,37	
Despesas Correntes	284.729,00	284.729,00	38.255,93	13,44	38.255,93	13,44	30.942,36	10,55	
Despesas de Capital	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (viii)	317.800,00	308.800,00	9.002,92	2,83	9.002,92	2,90	4.349,24	1,40	
Despesas Correntes	317.800,00	308.800,00	9.002,92	2,83	9.002,92	2,90	4.349,24	1,40	
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (ix)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
OUTRAS SUBSIDIOS (Algo) (Administração) (x)	452.340,00	452.340,00	18.905,90	4,18	18.905,90	4,18	9.222,74	2,04	
Despesas Correntes	146.330,00	146.330,00	18.905,90	12,92	18.905,90	12,92	9.222,74	6,24	
Despesas de Capital	306.010,00	306.010,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
TOTAL (xi) = (iv + v + vi + vii + viii + ix + x)	7.156.718,00	7.146.770,00	873.298,08	12,22	847.782,34	11,85	437.768,71	6,12	

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE MÍNIMO PARA APLICAÇÃO EM ASPS		DESPESAS EMPENHADAS (R\$)	DESPESAS LIQUIDADAS (R\$)	DESPESAS PAGAS (R\$)
Total das Despesas com ASPs (XII) = (X) + (XI)		873.296,00	847.192,34	437.166,71
(i) Restos a Pagar Não Processados Inscritos Individualmente no Exercício em Disponibilidade Financeira (XIII)		0,00	0,00	0,00
(j) Despesas Cuidadas com Recursos Vinculados à Parcela do Percentual Mínimo que não foi Aplicada em ASPs em Exercícios Anteriores (XIV)		0,00	0,00	0,00
(k) Despesas Cuidadas com Disponibilidade de Caixa Vinculada aos Restos a Pagar Cancelados (XV)		0,00	0,00	0,00
(x) VALOR APLICADO EM ASPs (XVI) = (XII) - (XIII) - (XIV) - (XV)		873.296,00	847.192,34	437.166,71
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPs (XVII) = (XVI) x 10% (L.C 141/2012)				1.004.705,44
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPs (XVIII) = (XVI) x % (Lei Orgânica Municipal)		0,00	0,00	0,00
Diferença entre o Valor Aplicado e a Despesa Mínima a ser Aplicada (XIX) = (XVI) - (XVII) - (XVIII)		(131.459,34)	(157.583,10)	(588.588,72)
Limite não Cumprido (XX) = (XVIII) (Quando valor for inferior a zero)		(131.459,34)		
PERCENTUAL DA RECEITA DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS APLICADO EM ASPs (XVI) / 307100 (mínimo de 15% conforme LC nº 141/2012 ou % da Lei Orgânica Municipal)		12,04	12,05	

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26 DA LC 141/2012	LIMITE NÃO CUMPRIDO				
	Saldo Inicial (no exercício atual)	Despesas contidas no exercício de referência			Saldo final (por aplicação) (I) = (II) - (III)
		Empenhadas	Liquidadas	Pagas	
Diferença de limite não cumprido em 2022	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DA DIFERENÇA DE LIMITE NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

EXERCÍCIO DO EMPENHO									
Valor empenho para aplicação em AGPS (a)	Valor aplicado em AGPS no exercício (b)	Valor aplicado em outras ações (c) = (x) - (b)	Total aplicado em AGPS no exercício (d)	Valor aplicado em AGPS anteriormente no exercício (e)	Total aplicado em AGPS (f) = (d) + (e)	Total de RP (g)	Total de RP a pagar (h)	Total RP cancelado no exercício (i)	Diferença entre o valor aplicado e total de RP cancelados (j) = (f) - (i)
Empenho de 2023	1.704.756,4	673.204,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (jx)									
0,00									
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ANTERIOR QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (jxix)									
0,00									
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS NO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (jxxix) = (jx) + (jxix)									
0,00									

"CONTROLE DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS CONSIDERADOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24 § 1º e 2º DA LC 141/2012	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS				
	Saldo inicial (x)	Empenho cancelado ou cancelado em subitem			Total final (para aplicação) (xx) = (ix) - (ix xii)
	Empenho (ii)	Cancelado (iii)	Prescrito (iv)		
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2023 a cumprir (XXXV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

RECEITAS ADICIONAIS PARA O FINANCIAMENTO DA SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o mês/ano	% (b/a) x 100
RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS PARA A SAÚDE (XXXX)	1.624.000,00	1.624.000,00	196.771,70	12,12
Proveniente da União		1.624.000,00	196.771,70	12,12
Proveniente dos Estados	0,00	0,00	0,00	0,00
Proveniente de outros Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS VINCULADAS À SAÚDE (XXXX)	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS (XXXX)	35.000,00	35.212,37	44.392,40	126,07
TOTAL DE RECEITAS PRECISADAS PARA O FINANCIAMENTO DA SAÚDE (XXXX) = (XXXX) + (XXXX) + (XXXX)	1.659.000,00	1.659.212,37	241.164,10	14,53

DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO						
DESPESAS COM SAÚDE POR SUBFUNÇÕES E CATEGORIA ECONÔMICA NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA R\$	DESPESAS DESPENSADAS Até o exercício em % (até x 100)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o exercício em % (até x 100)	DESPESAS PAGAS Até o exercício em % (até x 100)	
ATENÇÃO BÁSICA (XXXXX)	1.541.680,0	2.199.680,0	32,20	427.244,92	10,48	349.106,76
Despesas Correntes	1.541.680,0	1.891.680,0	44.133,45	427.244,92	22,87	349.106,76
Despesa de Capital	0,00	308.000,00	88,75	0,00	0,00	0,00
ADMISSÃO HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XXXXX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUporte Profilático e Terapêutico (XXXXXX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Despesas Correntes	48.410,00	60.338,59	296,43	0,49	296,43	0,49	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	4.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VEIC. BACIA SPOC. LOGICA (pocost)	137.710,00	145.710,00	48.088,31	33,03	48.088,31	33,03	16.481,43	16,80
Despesas Correntes	137.710,00	145.710,00	48.088,31	33,03	48.088,31	33,03	24.481,43	16,80
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (pocost)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBSISTÊNCIAS (pocosts)	0,00	5.000,00	3.084,63	61,69	3.084,63	61,69	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	5.000,00	3.084,63	61,69	3.084,63	61,69	0,00	0,00
TOTAL DAS SUBSISTÊNCIAS DAS COORDENADORIAS DO	8.720.000,00	2.408.720,35	707.251,93	30,48	408.354,30	16,98	375.876,18	15,83
CALCULO DAS SUBSISTÊNCIAS (POCOSTS) = (POCOST + POCCOST + POCCOST + POCCOST + POCCOST + POCCOST) / (POCOST + POCCOST + POCCOST + POCCOST + POCCOST + POCCOST)								

[illegible]
